

CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO**Portaria CGE Nº 109, de 17 de setembro de 2025**

A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das suas atribuições constitucionais e legais que lhe confere o Decreto nº 3.685-P, de 28 de abril de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.527 de 05 de maio de 2023, RESOLVE:

Art. 1º - Retificar a Portaria CGE Nº 45, de 02 de abril de 2025, que nomeou a servidora Ana Paula Gomes Carvalho, para exercer suas atividades no Núcleo de Monitoramento e Auditoria - NUMA;

“Onde se lê: “para exercer suas atividades no Núcleo de Monitoramento e Auditoria - NUMA”;

“Leia-se: para exercer o cargo chefe do Núcleo de Monitoramento e Auditoria - NUMA”.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MAYARA CRISTINE BANDEIRA DE LIMA

Controladora-Geral do Estado

Decreto nº 3.685-P/2023

Portaria CGE Nº 110, de 18 de setembro de 2025

A CONTROLADORA-GERAL DO ESTADO, no uso das suas atribuições constitucionais e legais que lhe confere o Decreto nº 3.685-P, de 28 de abril de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.527 de 05 de maio de 2023, RESOLVE:

Art. 1º - Lotar a servidora Dâmares Guimarães Lopes, Especialista Executiva - Administradora, no Núcleo de Auditorias Programadas - NAP.

Art. 2º - Revogar a Portaria CGE Nº 95, de 19 de dezembro de 2024, que designou a servidora Dâmares Guimarães Lopes, Especialista Executiva - Administradora, para exercer o cargo de Chefe do Núcleo de Monitoramento das Auditorias - NUMA.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01/04/2025.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

MAYARA CRISTINE BANDEIRA DE LIMA

Controladora-Geral do Estado

Decreto nº 3.685-P/2023

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO**EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 13/2025**

PROCESSO SEI AC DEF. N.º: 0305.00160/2025-12

PARTES: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE - DPE/AC, CNPJ: 04.581.375/0001-43 e a empresa AGRO NORTE IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA, CNPJ nº 04.582.979/0001-04.

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a inclusão de novo item na Cláusula Nona – Das Obrigações da Contratada, do Contrato nº 13/2025, em atendimento à orientação do Ministério da Defesa – Programa Calha Norte, ao disposto no artigo 92 da Lei nº 14.133/2021, na alínea “a”, inciso XXII, do art. 10 da Portaria Conjunta nº 28/2024, e na Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 104/2024.

RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 13/2025, que não tenham sido modificadas pelo presente Termo Aditivo.

DA INALTERABILIDADE DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas e condições do CONTRATO ORIGINAL e de outros instrumentos não modificadas por este Termo Aditivo.

DATA DA ASSINATURA: 17 de setembro de 2025.

ASSINAM: JULIANA MARQUES CORDEIRO – Contratante, CHANDYLES BRUNO DE ALMEIDA OLIVEIRA - Contratada.

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO

ESTADO DO ACRE

POLÍCIA CIVIL

GABINETE DO DELEGADO GERAL

Portaria PCAC Nº 984, DE 17 DE setembro DE 2025

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc. Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado-Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras; Considerando que a lotação e remoção de servidores é

ato pelo qual a administração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes, observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público; Considerando a nomeação deste signatário para o exercício do cargo de Delegado-Geral da Polícia Civil, através do Decreto nº 44-P, de 02 de janeiro de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.444, de 03 de janeiro de 2023; Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão; Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade; Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige; Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade;

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria nº 931, de 04 de setembro de 2025 que lotou o Oficial de Polícia Civil Eden Carlos Senhorinha de Alencar, na Delegacia de Atendimento à Mulher- DEAM;

II – Lotar o referido servidor para exercer suas funções no Departamento de Polícia da Capital e Interior - DPCI exercendo suas funções na Guarda Predial. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira

Delegado-Geral da Polícia Civil

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL****Portaria PCAC Nº 985, DE 17 DE setembro DE 2025**

JOSÉ HENRIQUE MACIEL FERREIRA, Delegado-Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições legais e etc. Considerando que, de acordo com o Artigo 8º, incisos I, II e IV, da Lei Orgânica da Polícia Civil do Estado do Acre, compete ao Delegado-Geral da Polícia Civil as atribuições de dirigir, planejar, coordenar, supervisionar, sistematizar e padronizar as ações, princípios e políticas institucionais da Polícia civil; lotar e remover policiais civis; e gerir as atividades referentes à administração, pessoal, material, serviços complementares e de apoio administrativo, dentre outras; Considerando que a lotação e remoção de servidores é ato pelo qual a administração pública estabelece a sede de atuação funcional de seus agentes, observando, necessariamente, os critérios de oportunidade e conveniência para o atendimento do interesse público; Considerando a nomeação deste signatário para o exercício do cargo de Delegado-Geral da Polícia Civil, através do Decreto nº 44-P, de 02 de janeiro de 2023 publicado no Diário Oficial do Estado do Acre nº 13.444, de 03 de janeiro de 2023; Considerando a necessidade de adoção das providências e ajustes administrativos necessários, sob os diversos aspectos da gestão; Considerando que a legislação assegura ao administrador público o exercício do poder discricionário, justamente para, dentro da margem de liberdade conferida pelo legislador, tomar as decisões mais adequadas, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade; Considerando que, sendo inerente à gestão a possibilidade de o administrador alocar, nas funções e setores mais estratégicos ou que demandam maior responsabilidade de quem vai exercê-los ou ocupá-los, pessoas que atendam a alguns requisitos que o encargo exige; Considerando que, dentro dessa perspectiva, este signatário houve por bem realizar as mudanças necessárias no que concerne à lotação e remoção de servidores nas unidades policiais, com base na conveniência, oportunidade e necessidade;

RESOLVE:

I – Revogar a Portaria nº 784, de 15 de julho de 2025 que lotou o Oficial de Polícia Civil Rodrigo Alves Macedo Cruz, no Depósito de Veículos da Polícia Civil.;

II – Lotar o referido servidor para exercer suas funções Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher- DEAM. Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

José Henrique Maciel Ferreira

Delegado-Geral da Polícia Civil

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

ESTADO DO ACRE**POLÍCIA CIVIL****GABINETE DO DELEGADO GERAL****PORTAIRA REGULAMENTAR Nº 06 DE 16 DE SETEMBRO DE 2025**

Edita normas, em caráter transitório, para assegurar a plena aplicação da Lei Complementar nº 496, de 31 de julho de 2025, que “Dispõe sobre a unificação dos cargos de escrivão de polícia e agente de polícia, vinculados à Polícia